

Estado do Paraná, 04 de março de 2021.

Ref. Solicitação de Auxílio Emergencial para Empresários

Ao Ministério da Economia,

Excelentíssimo Sr. Ministro Paulo Guedes.

A Federação das Associações Comerciais do Estado do Paraná – FACIAP, entidade do terceiro setor representativa da classe empresarial no Estado do Paraná, que congrega cerca de 300 associações comerciais filiadas, nos 399 Municípios do Estado, e mais de 50.000 empresários filiados, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, informar e requerer o que segue:

Diante da Pandemia instaurada e a crise econômica decorrente, é possível observar que doze meses após o primeiro caso de Covid-19 no Brasil, estamos vivendo o mesmo cenário. Até parece que fomos pegos de surpresa!

Depois de rígidas medidas como o lockdown, no qual **os comerciantes são os principais afetados**, não conseguimos reduzir o contágio e as ações de combate mostraram-se insuficientes até agora. Infelizmente, esta realidade comprometeu a economia com a impossibilidade de produção devido à quarentena e da demanda, em função da retração do consumo provocada pela redução da mobilidade das pessoas.

No Estado do Paraná 5,13 mil pontos do varejo foram fechados no ano de 2020, segundo informa a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Indicadores de Empresas do IBGE mostram que 33,5% das empresas no Brasil reportam efeito negativo da pandemia, 32,9% indicam diminuição sobre as vendas e ou serviços, 46,8% indicaram dificuldades para acessar fornecedores de insumos, matérias primas ou mercadorias e 40,3% indicam dificuldades em realizar pagamentos de rotina.

Contudo, estes mesmos empresários “seguram” os empregos dos paranaenses. Segundo dados do CAGED, em nosso Estado o número de desempregos não sofreu aumento durante toda a pandemia, **tendo resultado acumulado positivo de 52.670**. Evidenciando que o fardo está todo no empresário e, portanto, **é este que necessita de AUXÍLIO EMERGENCIAL dos Governos**.

A concessão do auxílio emergencial para as famílias de baixa renda foi uma atitude louvável do governo federal, digna de países preocupados com a população e sua economia. A injeção de capital no bolso do cidadão traz a circulação de riquezas e fomenta a economia. Contudo, melhor que dar o peixe sempre foi ensinar a pescar! Há diversas empresas que necessitam de recursos ou subsídios estatais para manter suas atividades, gerar emprego e promover a constitucional dignidade.

O IPARDES divulgou índice de volume de vendas no comércio de novembro de 2017 a dezembro de 2020 e os números são assustadores. A tabela evidencia o crescimento em percentual, sempre considerando o mês anterior. Em novembro de 2017 o crescimento foi de 9,1%, mantendo crescimento médio de 5% até queda entre maio e setembro de 2018; mas em

dezembro de 2019 não obteve nenhum crescimento e a grande queda em abril de 2020 no total de -23,6% e com queda nos meses de março, maio, agosto e novembro.

E, por óbvio, com a queda das vendas, as empresas deixam de ter saúde financeira, deixam de manter seus empregados e deixam de pagar seus tributos. E, é por isso que quem precisa de auxílio agora são os empresários dos segmentos mais prejudicados nesta pandemia. No segmento em que trabalho, por exemplo, de móveis, eletrodoméstico e telefonia, as empresas reagiram bem à pandemia e mantiveram suas vendas. Mas há segmentos que foram afetados profundamente e estes sim precisam de um auxílio para retomar o fôlego e voltar a crescer.

Enquanto aumenta o número do contágio, aumenta também a apreensão dos empresários, que acreditam na volta à normalidade e na retomada da economia nos próximos dias, mas os números não lhe são favoráveis. E são eles os mais prejudicados nesta pandemia e, principalmente, agora com a decretação do lockdown no Estado do Paraná.

Por todos estes motivos, nós da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap) ratificamos que somos contra o fechamento total do comércio.

Importante frisar que somos a FAVOR DA VIDA, da vida humana e, também da VIDA DAS EMPRESAS.

E pela VIDA das EMPRESAS pleiteamos junto a este Ministério o auxílio emergencial para as empresas, principalmente aquelas que desenvolvem atividades consideradas como não essenciais. Seja por isenção tributária, por redução ou zerar alíquota de PIS e COFIS, mas principalmente com a concessão de recursos financeiros diretamente ao empresário, sem atravessadores (instituições financeiras) que oneram e lucram ainda mais em cima daqueles que perecem.

Atenciosamente,



Fernando Moraes

Presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap)